

Urbanização em Portugal hoje: o caso de Lisboa

Barbara Freitag Rouanet*

Resumo. O artigo discute, a partir de uma perspectiva sócio-histórica, as transformações ocorridas na cidade de Lisboa, detendo-se no exame das políticas urbanas implantadas nas três últimas décadas, quando se dá a modernização da capital, tendo em vista a redemocratização e a integração de Portugal na União Européia. Cada década contribui para preservar a face histórica e renovar a infraestrutura viária e de comunicação (construção da nova ponte Vasco da Gama), bem como para embelezar o tecido urbano no centro e na periferia da cidade, fornecendo um paradigma para a renovação urbana de Portugal como um todo.

Palavras-chave. História das cidades, desenvolvimento urbano, metropolização, política urbana, projetos urbanísticos.

Lisboa parece ter acordado de um sono de 'Bela Adormecida' somente no final do século vinte. Até muito recentemente, a cidade de Lisboa, cuja fundação é atribuída a Ulisses, despertava pouca atenção entre os especialistas urbanos, apesar de sua história milenar (M. Calado, 1993). Na obra *standard* de Mumford, *The City in History (A Cidade na História, 1991)*, Lisboa é mencionada somente uma vez, e isso, enquanto cidade barroca do século XVI. Na coletânea de textos lançada pela editora francesa Larousse, *Villes & Civilisation Urbaine – XVIII-XX. Siècle, (Cidades e civilização urbana – do século XVIII ao século XX, 1991)*, Lisboa não é citada nem mesmo como exemplo. Mas também planejadores urbanos contemporâneos, historiadores ou sociólogos como Sennett em *Flesh and Stone (Carne e Pedra, 1994)*, Häussermann & Siebel em *Neue Urbanität (Nova Urbanidade, 1987)* ou Zimmermann, *Die Zeit der Metropolen (O Tempo das Metrôpoles, 1996)* não fazem nenhuma referência a Lisboa. Somente alguns escritores nacionais e estrangeiros, interessados na obra literária de Eça de Queirós ou Fernando

* Barbara Freitag Rouanet é professora do Departamento de Sociologia da UnB. Versão original em alemão, escrita para a coletânea: Briesemeister, Dietrich & Schönberger, Axel (eds.) (1997): *Portugal heute* (Portugal hoje), Frankfurt/M.: Vervuert Verlag, pp. 705-724; versão brasileira retrabalhada em junho de 1998.

Pessoa (como Dário Castro Alves, Jorge Amado, Antonio Tabucchi, Hugo Loetscher, Miguel Torga ou José Saramago), incluem Lisboa em suas considerações literárias.

A ascensão, a decadência e a revitalização de outras metrópoles — como Paris, Londres, Nova York ou Berlim — são responsáveis pelo relativo anonimato de Lisboa durante boa parte do século 20, permanecendo à sombra dos eventos turbulentos da história européia mais recente. Até o final dos anos 80, a bela cidade à margem do Tejo ainda não tinha conquistado um lugar ao sol entre as demais metrópoles européias. Lisboa tampouco era destacada nas manchetes dos grandes jornais internacionais que comentavam o desenvolvimento desenfreado das megalópolis do terceiro mundo (cf. documentos da UNIDO, publicados no contexto da Conferência Internacional “Habitat II” em Istambul, em junho de 1996).

Situada literalmente à margem da Europa, Lisboa parecia esquivar-se ao olhar dos cidadãos europeus e do mundo. A capital portuguesa continuava sendo uma espécie de “dica secreta” para escritores cultos, para cineastas selecionados como Tanner ou Wim Wenders, e para turistas sofisticados que procuravam evitar os circuitos do turismo de massa.

Esse esquecimento relativo somente foi superado no final da década de oitenta, quando Portugal conseguiu livrar-se da maldição da décima terceira fada redemocratizando-se o país e a sociedade portuguesa. A modernização e a remodelação efetiva da cidade de Lisboa somente pôde acontecer nesse contexto, acelerando-se visivelmente com a entrada de Portugal na União Européia (1986).

Do ponto de vista urbanístico, essas mudanças sócio-políticas repercutiram de forma visível sobre a fisionomia da cidade de Lisboa. Destacam-se neste contexto três datas estratégicas: 1992, 1994 e 1998. Na primeira, Lisboa assumiu a presidência da União Européia; em 1994 foi capital cultural da Europa e em 1998 Lisboa abriga a Exposição Mundial, a EXPO-98.

Desta forma, Lisboa volta ao palco da história européia e internacional, tornando-se o centro das atenções da economia internacional. A EXPO-98 que tem como tema central os oceanos e mares, os mesmos oceanos e mares que há quinhentos anos, através das façanhas de Vasco da Gama e Cabral, encheram Portugal de glórias e riquezas, lança assim nova luz sobre a metrópole lusitana.

Para que se tenha uma idéia das profundas modificações ocorridas em Lisboa nas últimas três décadas, é importante recordar as transformações sofridas pela cidade nos séculos anteriores, levando em consideração os esforços de modernização empreendidos especialmente em consequência do terremoto de 1755. Essa revisão histórica assume um papel paradigmático para a compreensão do desenvolvimento urbano de Portugal e da história de suas cidades (cf. Souza Oliveira, 1979/80).¹

Depois do terremoto de 1755, que destruiu toda a Baixa (o centro histórico da capital dos grandes navegadores), foram apresentadas três alternativas para a reconstrução da cidade. A primeira, propunha a transferência da capital para oeste da cidade destruída, para o local em que hoje se encontra o bairro de Belém. A segunda alternativa, pretendia reconstruir a cidade no mesmo local, tal qual tinha sido originalmente, sem nenhuma alteração. Há uma belíssima descrição da vida e fermentação da Baixa anterior ao terremoto em Ronald Daus (1990: 20), baseada em documentos históricos e literários da época. As duas alternativas propostas por Manuel da Maia não vingaram. Prevaleceu a terceira alternativa que previa a reconstrução do antigo centro (Baixa) segundo o modelo da grade, inspirada nos princípios do planejamento urbano característicos da Ilustração. O Marquês de Pombal optou por esta proposta, cuja execução foi confiada a Carlos Mardel (cf. França, 1965, 1989). Com essa opção, estabeleceram-se igualmente as regras básicas para a ampliação da cidade em direção ao Chiado e ao Bairro Alto.

O “Passeio Público”, inspirava-se nos Jardins das Tuilleries de Paris e levou — cem anos mais tarde — à irradiação da cidade em forma de V pela

¹ Seguindo a orientação de Zimmermann (1996) entende-se aqui por “desenvolvimento urbano” primordialmente o crescimento populacional nas cidades, incluindo aqui os movimentos migratórios (de afluência e abandono) que se dão nas cidades através dos tempos; enquanto o conceito de “urbanização” passa a denominar a emergência e divulgação de formas urbanas de vida, vinculadas à modernização (social e tecnológica) das cidades. Nessa diferenciação conceitual enfatiza-se o aspecto quantitativo, no primeiro, e o qualitativo, no segundo caso. No caso do “desenvolvimento urbano” consideram-se primordialmente os aspectos espontâneos, irregulares, incontrolados do crescimento urbano, enquanto a “urbanização” enfatiza a dimensão do planejamento, da intervenção racional do homem no tecido urbano, procurando ordenar, regularizar, controlar os processos espontâneos. Ambos os conceitos — “desenvolvimento urbano” e “urbanização” — exprimem assim uma dialética entre história e razão (cf. Freitag-Rouanet, 1992). Ao mesmo tempo eles fazem menção a uma tensão entre dominadores e dominados. A intervenção urbana planejada exprime necessariamente a hegemonia de certas tendências políticas, econômicas e estéticas em circulação na sociedade que vencem e reprimem outras tendências, via de regra alternativas ou até mesmo contrárias. Esta distinção conceitual também se aplica aos fenômenos urbanos do Portugal de hoje.

Avenida da Liberdade e Avenida Ocidental (hoje, Almirante Reis) para o “hinterland”. Deste modo foi possível urbanizar a “zona das Avenidas Novas” (R. Henriques da Silva, 1994). Nestes casos, os planejadores urbanos do século XIX inspiravam-se no exemplo de Haussmann, o controvertido prefeito de Paris, que modernizou a “Capital do Século XIX”. As pequenas ruas e ruelas cheias de curvas e ladeiras com seus traçados irregulares, resultado da ocupação espontânea e irregular através dos tempos, foram sendo substituídas pelas amplas avenidas e alamedas de inspiração haussmaniana (Av. Roma, Av. da República, Av. A. Augusto de Aguiar, Av. dos Combatentes, entre outras). Consolidava-se, assim, a fase da “interiorização” da cidade, o abandono relativo das zonas urbanas ribeirinhas e fortaleceu-se a descentralização do antigo centro urbano. Novos bairros e zonas urbanas emergiram no contexto dessa reorientação. Grandes centros comerciais, blocos residenciais, prédios para o comércio bem como pequenas e grandes indústrias passaram a ladear as grandes avenidas, deslocando-se para as periferias o antigo núcleo urbano. Este, em outras épocas, caracterizava-se por sua proximidade ao rio Tejo e ao porto, que por séculos a fio funcionara como o coração da capital dos descobridores (Gaspar, 1985)

Examinando velhos mapas de Lisboa que refletem a vida da cidade na mudança do século XIX-XX, o observador atento surpreende-se com a heterogeneidade das atividades econômicas praticadas nos diferentes bairros da cidade. Aqui se intermesclavam o cultivo agrícola em pequena escala (verduras e hortaliças) com comércio e produção artesanal e até mesmo industrial. Conseqüentemente, também os moradores se compunham de camadas sociais e grupos profissionais heterogêneos (Custódio, 1994). Esse quadro preservou-se durante toda a primeira metade do século XX, em que a cidade parecia crescer “organicamente”, dando as costas às margens do Tejo e expandindo-se em direção nordeste e noroeste de forma “equilibrada” pelas grandes e novas avenidas. Deste modo, preenchiam-se concomitantemente e nos mesmos bairros as diferentes funções — moradia, lazer, trabalho —, vitais para uma cidade.

José Manoel Fernandes (1994, p. 493) distingue diferentes etapas do desenvolvimento urbano da cidade de Lisboa:

Entre 1900 e 1910 a nova urbanização se teria traduzido na expansão das “Avenidas Novas”, de Picoas até Campo Grande, incluindo a rica Avenida da República e sua continuação na Avenida D. Amélia. Durante o período republicano dos anos de 1910-20 teria sido possível dinamizar esse sistema urbano, graças às crises internas (lutas partidárias) e externas (I Guerra Mundial e depressão

econômica). Com isso prolongou-se o papel secundário de Lisboa no contexto europeu. O “ciclo imperial” da década de 30-40 permitiu modernizar a cidade através da intervenção de Duarte Pacheco, que dividiu a cidade em zonas, ampliou o sistema de transportes e introduziu novos equipamentos. Mas tudo isso *aconteceu em escala provinciana* e fortaleceu a exclusão das comunidades rurais.

A industrialização em ritmo lento, a expansão das moradias sociais seguindo os modelos das cidades-jardim de Howard e dos edifícios residenciais de Le Corbusier bem como a construção dos elegantes prédios comerciais e residenciais ao longo das grandes e novas avenidas, são o testemunho de um sincretismo de construções e funções urbanas, típico do desenvolvimento urbano da Lisboa da primeira metade do século XX que se prolonga na segunda metade do século até o final do regime autoritário de Salazar-Caetano (1930-1975).

Duarte Pacheco, enquanto Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, fez aprovar, nos anos 30, uma legislação que o autorizava a comprar novas áreas e a desapropriar outras, em nome da ampliação da rede viária urbana de Lisboa. As Avenidas das Forças Armadas, dos Estados Unidos da América, General Norton de Matos, Marechal Gomes da Costa entre outras, refletem a realização de seus projetos urbanísticos, através dos quais Pacheco procurou interligar, por meio de círculos concêntricos, as avenidas que se irradiavam como os dedos de uma mão em direção ao norte, nordeste e noroeste. Foi no contexto dessa política urbana que Duarte Pacheco fez instalar o Parque de Monsanto, um amplo bosque, concebido como o “pulmão” da cidade, no noroeste da cidade.

À gestão Duarte Pacheco (1932-38) seguiu-se um período de desenvolvimento urbano que Fernandes denominou de “ciclo subúrbico”, marcado por uma expansão urbana desregrada, sem novidades, medíocre que abrangeu as décadas de cinquenta e sessenta.

A essa altura, a capital portuguesa contava aproximadamente 700.000 habitantes. Para a próxima década calculava-se com um aumento da população até um milhão de habitantes, incluindo-se o crescimento vegetativo e os movimentos migratórios do campo para a cidade e das colônias (Angola e Moçambique) para a metrópole. Portugal contava, nessa ocasião com uma população de 8 milhões de habitantes.

Nos anos 50 haviam sido iniciados os trabalhos do “metropolitano”, a rede de metrô em forma de V, que somente agora, com a adesão de Portugal à União Européia, está sendo ampliada, interligando-se as estações sob forma de rede e prolongando-se as linhas já existentes. A rede ferroviária do século

XIX foi ampliada no século XX, incluindo a estação de Santa Apolónia, Cais do Sodré, Alcântara, Sete Rios, ligando Portugal com todas as direções da rosa dos ventos (Sintra, O Porto, Coimbra, Évora, entre outras), com exceção do sul. O ponto alto dessa expansão ferroviária e rodoviária constituiu na construção da ponte Salazar, para homenagear o ditador que a mandou construir. Ela foi inaugurada em 1966. Hoje, rebatizada, leva o nome de “25 de abril”. Essa ponte passou a ligar a margem esquerda do Tejo, onde fica Lisboa, com a margem direita (cidade de Setúbal) e o sul do país, dando acesso às cidades balneárias ao longo da costa atlântica, até Faro.

Essa modernização tecnológica, na ocasião, não foi acompanhada por uma inovação política, social e econômica do país. Portugal continuava apoiando-se em suas colônias africanas que lhe haviam fornecido riquezas naturais, mão de obra barata e mercados para o escoamento dos produtos portugueses, em épocas gloriosas do colonialismo. Com a eclosão das lutas de independência em Timor, Goa, Angola e Moçambique na década de 60 e inícios de 70, Portugal passou a envolver-se em uma guerra colonial sem perspectivas.

O país não havia “sangrado” com a II Guerra Mundial, pois mantivera-se, na ocasião, neutro, mas sofreu perdas significativas de população numa guerra colonial insustentável. Calcula-se ainda em um milhão o número de portugueses que, finda a II Guerra, emigraram de Portugal para a América e outros países da Europa em busca de melhores condições de vida, trabalho e liberdade política. Responsável por esse verdadeiro êxodo foram causas econômicas e políticas: a estagnação da indústria, inchaço do terciário, turismo reduzido, o salazarismo, os conflitos militarizados nas colônias, entre outras.

Essa realidade sócio-política também reflete-se na fisionomia urbana de Lisboa. Na segunda metade do século XX a população urbana estagnava, jamais atingindo a marca estimada de um milhão de habitantes. Registraram-se até mesmo taxas de redução da população urbana no município de Lisboa. Consciente ou inconscientemente, os lisboetas resignaram-se a dar as costas ao Tejo e às suas margens, numa espécie de “emigração interior” (*innere emigration*). Contribuíram, assim, com o projeto de “interiorização” do desenvolvimento urbano, iniciado na época de Pombal. No século 20 esse recolhimento foi adquirindo a conotação de uma certa “provincialização”. A modernização introduzida durante o regime Salazar-Caetano limitou-se à expansão geográfica da cidade nos contornos da atual área metropolitana de Lisboa e à introdução de algumas inovações tecnológicas (metrô, estações de estrada de ferro, ponte sobre o Tejo) sem afetar a estrutura societária tradicional e ultrapassada.

Em lugar do cosmopolitismo dos navegadores de outrora, reinava entre os lisboetas e portugueses, submetidos ao salazarismo, o provincianismo e o isolacionismo.

Esse período somente foi superado com a “Revolução dos Cravos” de 25 de abril de 1974. A verdadeira modernização e reintegração de Portugal na ciranda dos países europeus aconteceu depois que a sociedade portuguesa se desfez da ditadura e voltou a democratizar-se no final desse segundo milênio. Em consequência de tais mudanças socio-políticas a cidade de Lisboa passou por várias levas de modernização e urbanização. Somente nos últimos 25 anos deste século foi possível reverter os processos de “isolacionismo”, “interiorização” e “provincialização” ocorridos durante a ditadura salazarista. Desde então, revalorizam-se as áreas ribeirinhas, o centro e os bairros históricos da cidade (Baixa, Mouraria, Alfama, Bairro Alto, Chiado) e promove-se a reintegração da cidade no mundo europeu. Sem abrir mão de seu passado glorioso ligado às grandes navegações, a cidade de Lisboa passou a construir o seu futuro em bases cosmopolitas com os olhos voltados para a Europa, o rio Tejo e o Oceano Atlântico.

O sociólogo urbano, Vitor M. Ferreira (1995), resume a urbanização de Lisboa nos últimos cem anos nas seguintes etapas:

Primeiro, a expansão para o norte no final do século XIX; segundo, a ascensão e decadência de uma política urbana modernista entre 1930 e 1940; e, finalmente, o nascimento e desenvolvimento de uma metrópole, cujo epicentro constitui a cidade de Lisboa. (p. 11)

* * *

A transformação de Lisboa em uma metrópole moderna aconteceu, portanto, bem recentemente e no contexto da história contemporânea de Portugal. Ela está intimamente vinculada à redemocratização do país e sua integração na União Européia. Trata-se, pois, de um fenômeno das três últimas décadas do final deste século XX.

Em consequência da “Revolução dos Cravos” (1974), Lisboa foi inundada por levas de migrantes que retornavam das ex-colônias e da Europa, colocando os políticos e urbanistas responsáveis diante de problemas quase insolúveis. Os anos 80 podem ser vistos como uma fase de transição, um período em que os portugueses tentavam dar conta das heranças de seu passado, buscando saídas para os problemas não solucionados. A adesão da sociedade portuguesa ao modelo das democracias ocidentais e sua integração na comunidade européia com a adesão clara à economia de mercado, sinalizam

bem esse redirecionamento. O isolacionismo e a busca de caminhos próprios parecem, assim, definitivamente superados.

Ao tornar-se, temporariamente, sede da União Européia (em 1992), ao transformar-se em capital cultural da Europa (em 1994) e finalmente ao sediar, em 1998, a Exposição Mundial, a cidade de Lisboa passa a ser a locomotiva para essa remodelação da sociedade portuguesa. Ao mesmo tempo, Lisboa procura redefinir seu papel na divisão do trabalho estabelecida espontaneamente entre as demais metrópoles européias.

Os representantes da administração municipal (Câmara Municipal de Lisboa, 1990/1995) gostam de falar de Lisboa como “capital atlântica da Europa”, enfatizando a sua “vocação atlântica”. Referem-se, assim, à situação privilegiada de Lisboa como cidade portuária, localizada na entrada da Europa, funcionando como comporta, capaz de controlar as ondas migratórias entre o Terceiro Mundo e a Europa. Mais especificamente, Lisboa teria condições de assumir o controle da imigração, barrando a entrada para a Europa de traficantes, migrantes e fugitivos da África e da América do Sul que ameaçam o equilíbrio e a tranquilidade da Europa. Ao mesmo tempo, a cidade com o seu porto, tão bem situado, asseguraria o escoamento da produção industrial européia para os demais continentes.

Em contrapartida, outras vertentes políticas sublinham a “condição mediterrânea” de Lisboa, reunindo em uma espécie de tripé as cidades de Lisboa, Roma e Istambul (Costa Lobo, 1994). Essa condição estaria conferindo a Lisboa um papel mediador entre o Oriente e o Ocidente, entre a Europa e a África, mas antes de mais nada entre os povos cristãos e islâmicos que se chocam hoje nas áreas banhadas pelo mar Mediterrâneo. A experiência de Portugal em lidar durante séculos com tensões e conflitos gerados pelo confronto das religiões e diferentes culturas, poderia favorecer o entendimento entre aqueles povos mediterrâneos assolados até hoje por profundos conflitos culturais e religiosos.

Finalmente, representantes mais conservadores da sociedade portuguesa sonham com Lisboa como sendo a capital da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), isto é, a comunidade de todos aqueles países em que a língua nacional é o português (Abecassis, 1987). A sociedade portuguesa redemocratizada poderia — assim pensam os adeptos dessa linha — reassumir sua liderança de outrora agora baseada em novos princípios. Com seus velhos aliados, que hoje partilham a mesma língua, mesmas convicções religiosas e tradições culturais, poderia fazer-se de Lisboa a capital dessa nova comunidade internacional. O capital cultural e político acumulado com os séculos da colonização poderia ser investido nos processos de globalização econômica e

modernização cultural, tendo como denominador comum a língua portuguesa falada nessa comunidade de tradição secular.

Podemos discordar de ou aderir a uma das três interpretações dadas ou, ainda, permanecer neutros diante das transformações recentes ocorridas. Certo é que as três últimas décadas, em que tais transformações ocorreram deixaram seus sinais também na fisionomia da cidade à beira do Tejo. Durante as décadas de 70 e 80 aqui prevaleceu o que na terminologia de Zimmermann tinha sido chamado de “desenvolvimento urbano” e não ocorrendo, verdadeiramente, uma “urbanização” moderna (Nota 2 deste trabalho). Neste período houve, pois, migração espontânea, descontrolada, caótica, devida ao crescimento absoluto dos moradores da cidade de Lisboa. Esse salto quantitativo teve — como era de esperar — conseqüências qualitativas. Somente a partir da década de 90 podemos falar em processos de “urbanização” no sentido acima definido. Ou seja, somente nesse curto período começam a impor-se princípios urbanísticos racionais que permitem definir novas formas de vida, típicas de uma metrópole, com características urbanas modernas que alteram o quadro da cidade e melhoram a vida de seus moradores. Vale a pena analisarmos mais a fundo essas três décadas, para melhor conhecer as formas de vida que se cristalizaram entre os lisboetas desde a Revolução dos Cravos.

* * *

Os anos setenta estão caracterizados pela mudança do poder em Portugal. Em 25 de abril de 1974 o regime autoritário Salazar-Caetano que controlara Portugal por mais de quarenta anos deixa o poder, abrindo assim o caminho para a descolonização e a redemeocratização da sociedade portuguesa. Têm início as grandes ondas migratórias. Portugueses que habitavam as ex-colônias mas também os milhares de portugueses espalhados pela Europa regressam ao seu país de origem e afluem principalmente para Lisboa e suas comunidades adjacentes. (A. Reis, 1996).

O espaço urbano de Lisboa é o mais afetado. Se entre 1960 e 1970 a população da cidade havia regredido de 802.000 para 760.000, em 1980 ela já tinha alcançado a cifra de 808.000 habitantes. Trata-se no caso, do município de Lisboa e não da área metropolitana que inclui Cascais, Sintra, Loures, Mafra, Almada e outros municípios próximos.

Atualmente os administradores, planejadores e urbanistas da Câmara Municipal de Lisboa dividem o espaço urbano em três grandes zonas: A.M.L. (Área Metropolitana de Lisboa)-Norte, A.M.L.-Sul e Lisboa-Concelho. Também nas duas primeiras áreas, o crescimento populacional foi significativo

na década de setenta. De 1.214.000 habitantes em 1960 a população cresceu para 1.412.000 em 1970 e deu um salto para 1.891.000 em 1981. No espaço urbano de toda a área metropolitana, Lisboa-Concelho inclusive, houve um salto de menos de 1,5 milhões para mais de 2,5 milhões de habitantes nas últimas décadas. Essas cifras explicam em parte o déficit de 700.000 moradias no início da década de oitenta. As ondas migratórias afetaram, de início, a área de Lisboa-Concelho irradiando-se, no decorrer dos anos, para as periferias, onde novos núcleos urbanos brotaram rapidamente (Olivais, Chelas, Almada, Montijo, entre outros). A população global de Portugal que, desde 1960 (com 8,2 milhões) havia regredido para 8,07 milhões em 1970, cresceu para 9,1 milhões (em 1981), mantendo-se mais ou menos constante na década seguinte (até o censo de 1991). (CML, 1992, Tab. 2; AMBELIS, 1995: 12 e Rocha Pinto, 1996: 296-306). O crescimento populacional deveu-se, prioritariamente, às levas de imigrantes portugueses procurando reintegrar-se em seu país de origem.

Resta como curiosidade constatar o fato de que a distribuição da população pela área rural e urbana se dá ainda hoje na proporção de 2: 1, ou seja, somente um terço dos portugueses vivem em área urbana. No Brasil, essa relação é exatamente inversa: para cada habitante em área rural vivem dois em área urbana. Em outras palavras, o retorno dos portugueses das ex-colônias e de outros países europeus não se deu somente para os maiores centros urbanos (Lisboa, O Porto, Coimbra), significou também uma realimentação das áreas rurais de Portugal. Cabe contudo ressaltar que essa população distribuiu-se de forma desigual pelas diferentes regiões do país.

A escassez de moradias foi especialmente sensível na segunda metade da década de setenta, tornando-se necessárias medidas especiais de saneamento de certas áreas residenciais de Lisboa. Armando Vara (1996: 346) descreve esse déficit de moradias fazendo referência também ao estado de má conservação das habitações existentes. Segundo ele, em 1974 mais de 600.000 pessoas poderiam ser consideradas "sem-teto" e as habitações existentes encontravam-se em estado deplorável de conservação. Muitas não tinham água, luz ou outras instalações sanitárias. Um quarto da população vivia em apartamentos sobrepovoados. A situação no campo não era muito diferente. A pobreza fazia sentir-se por toda parte, não havendo programas governamentais de apoio à população.

Os governos provisórios que se sucediam tentavam resolver a questão, via de regra sem êxito, devido à sua própria instabilidade. Em 1975, acampamentos improvisados e construções de barracas na chamada "Cova do Vapor" foram demolidas por ordem do governo. Simultaneamente instalou-se

um Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), um projeto de saneamento urbano que apoiava iniciativas da população empenhada em recuperar e sanear suas casas e apartamentos. Vale a pena ler os comentários críticos de V.M.Ferreira (1982), sobre este projeto. Na mesma época criou-se um Fundo de Fomento da Habitação que, como o SAAL, não conseguiu chegar à raiz do problema habitacional.

Entre 1964 e 1967, portanto ainda sob o regime de Salazar, havia sido desenvolvido um plano de urbanização para Lisboa aprovado em 1967. Este plano, contudo, não teve conseqüências práticas para o saneamento da cidade nos anos subseqüentes, sendo atropelado pela Revolução dos Cravos (em 1974). Mas por falta de alternativas, o governo revolucionário acabou reconhecendo oficialmente este plano em 1976, sem com isso resolver o problema da escassez de moradias, em verdade agravada com as ondas migratórias deslanchadas pela própria Revolução. No final da década de 80, sob a direção de Jorge Sampaio, deu-se início aos estudos de um novo plano de urbanização que acabou sendo aprovado e publicado em 1992 (CML, 1992). Suas linhas gerais estão fixadas no "Plano Estratégico Municipal". Este foi aperfeiçoado com estudos mais detalhados, contidos no "Plano Director Municipal 1990-1995", onde se fixaram as diretivas para a década de 90. Os autores deste novo plano (cf. Entrevistas realizadas com as equipes do CML entre 7 e 12/01/97) crêem que o período do caos e da ausência de qualquer política urbana mais sistemática, característico para as duas décadas anteriores, esteja assim definitivamente superado. Na terminologia de Zimmermann, Lisboa estaria saindo da fase do "desenvolvimento urbano" (caótico) para a fase da "urbanização" (racional e sensata).

* * *

Os anos 80 são designados pelos atuais administradores e políticos de Lisboa como sendo uma "década perdida", também conhecida como a "década de Abecassis". Abecassis foi durante 10 anos o presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Este julgamento de seus opositores políticos, do Partido Socialista, agora no poder, não surpreende, levando-se em conta que Abecassis pertence ao Partido Popular Democrático (conservador).

Na verdade, os anos 80 foram importantes para consolidar a democracia em Portugal e integrar o país no contexto das nações européias, hoje a União Européia. Para esses dois eventos a cidade de Lisboa deu contribuições decisivas. Segundo seu próprio depoimento (em entrevista do dia 9.1.97), Abecassis fez esforços para ver Lisboa representada em todas as Associações

européias novas sem contudo abrir mão de sua pertinência a outros grêmios e associações mais antigos. Abecassis sugeriu Lisboa como capital cultural da Europa (1994) e lutou pela presidência de Lisboa na UCCLA (União das Cidades e Capitais Luso-Afro-Americanas) e na CPLP, a já mencionada Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Ao longo de seus dez anos de mandato, marcados por sucessos e infortúnios, merecem destaque dois eventos de importância estratégica para o desenvolvimento urbano da cidade: por um lado, a conclusão da controvertida obra pós-moderna do “shopping-center das Amoreiras” (1986) de autoria de Sisa Vieira (leia também a entrevista dada pelo arquiteto em 1996) e, por outro, o incêndio do Chiado (1988), o bairro histórico de Lisboa que liga a “Baixa” ao “Bairro Alto”. Os dois acontecimentos remetem aos extremos de uma escala dentro da qual se movimentava a renovação urbana de Lisboa: em um dos extremos, o *privilegiamento* de um tipo de construção de caráter especulativo, destinado a servir de área para escritórios, agências de turismo, comércio, levado a cabo por empresas privadas com fins lucrativos e, no outro extremo, o *negligenciamento* do patrimônio histórico e a conservação de prédios de valor cultural e histórico situados nos antigos bairros residenciais da Mouraria, Alfama, Chiado, Bairro Alto. No Chiado, as fachadas ocas, esqueléticas e enegrecidas dos prédios, em consequência do incêndio, servem de memorial e advertência para a futura política de preservação e desenvolvimento urbano da Lisboa contemporânea.

Seja como for, a década de oitenta serviu para a reflexão e reorientação de uma política urbana que passou a beneficiar as concepções urbanísticas do Plano Estratégico e do Plano Diretor que entraram em vigor na década de noventa.

Segundo J.M. Fernandes (1994: 512-513), quatro blocos temáticos que já se delimitavam no final da década de oitenta aguardam sua solução na década de noventa:

1. a reabilitação e a refuncionalização das zonas históricas da cidade de Lisboa;
2. o controle da assim chamada “terciarização” da cidade, i. é., a reconquista de espaços residenciais em quarteirões praticamente abandonados ao comércio (particularmente os bairros históricos);
3. a legalização e o controle da construção civil espontânea e desregrada; e, finalmente,
4. a inclusão das áreas metropolitanas do norte, sul, leste e oeste de Lisboa em um projeto urbanístico global.

A importância de um projeto global fica evidente, levando-se em consideração (a mero título de exemplo) que o Conselho Municipal de Lisboa

difficilmente resolverá sozinho os problemas do tráfego e do estacionamento causado pelos 250 mil veículos adicionais que diariamente convergem sobre a capital, dirigidos por pessoas que vivem na área metropolitana, fora do município de Lisboa, mas que têm o seu lugar de trabalho no centro de Lisboa. Deste modo, a população efetiva de Lisboa-Concelho aumenta diariamente de 800 mil a mais de um milhão de habitantes.

Abecassis tentou introduzir, ainda na década de 80, as primeiras medidas para resolver os problemas que a própria década havia levantado: encarregou o arquiteto Ciza Vieira da reconstrução do Chiado (Vieira, 1996), fechou importantes vias da “Baixa” ao trânsito de veículos, e proibiu aos vendedores ambulantes (não registrados) a venda de suas mercadorias nas ruas de Lisboa. Para eles mandou construir em diferentes bairros da cidade mercados cobertos, onde especialmente aqueles migrantes retornados a partir de 1974 passaram a vender os seus produtos.

Ainda durante essa época tiveram início projetos de saneamento de certas áreas urbanas que tinham sofrido invasões das populações migradas e dos residentes locais pauperizados (Mouraria e Alfama). Projetos de construção social autorizados e fomentados pelo governo municipal começaram a surgir, construindo moradias em bairros como Chelas, Olivais, Sacavém, entre outros. Os edifícios, via de regra de materiais pré-fabricados e pouco nobres, brotaram como cogumelos do solo. Trata-se de edifícios de apartamentos destinados a receber as populações transferidas de barracas e “favelas”, como se diria no Brasil, para aquelas habitações novas. No Brasil esse tipo de projeto ficou associado aos programas das prefeituras do Rio e de São Paulo, onde se combateu, como em Lisboa, a favelização das periferias urbanas com a “verticalização” das favelas.

Em Lisboa também procedeu-se, como vem acontecendo em muitas cidades brasileiras, à legalização das construções clandestinas que, contudo, atendem às exigências legais, sanitárias e higiênicas mínimas. (Salgueiro, 1985)

Paralelamente a essas obras de expansão do perímetro urbano, procurou-se expandir a rede viária, linhas de trem, metrô, e autorizou-se a construção da nova ponte sobre o Rio Tejo, Vasco da Gama, que liga o bairro de Chelas e Olivais da margem direita a Montijo na margem esquerda do Tejo. A nova ponte de 18 km foi aberta ao trânsito no contexto da inauguração da EXPO-98.

Ainda nessa mesma década deu-se início ao saneamento da zona das docas, inaugurando-se uma política urbana de volta às e de valorização das áreas ribeirinhas do Tejo. Sem querer decidir, por ora, se a política urbana da década dos oitenta deve ser taxada de década perdida, cabe constatar que foi

nessa época que se fortaleceu, em Portugal, a democratização da sociedade e do Estado, preparando-se o terreno para que o país fosse incluído na União Européia, dois requisitos fundamentais para que a política urbana da década de 90 tivesse alguma chance de êxito.

* * *

Por essas e outras razões a política urbana de Lisboa da década de 90 iniciou-se sob bons auspícios. As coordenadas para a capital portuguesa à margem do Tejo estavam dadas pelas duas décadas anteriores. Seja como cidade atlântica ou mediterrânea, talvez ambas, Lisboa pertence hoje ao elenco das cidades que geográfica, política, econômica e culturalmente representam bem a União Européia. Na maioria dos seus indicadores, Lisboa nada deixa a desejar comparada às outras metrópoles européias.

Atualmente quase todas as moradias (a expressão técnica em Portugal é “fogos”) se beneficiam de luz elétrica, água corrente, esgotos. Uma percentagem alta da população tem uma conexão telefônica. A quota de analfabetismo de 10% em Lisboa é a mesma da média do país (no Brasil, 17 %). Especialmente nos últimos anos houve um crescimento surpreendente do número de secundaristas e universitários, deixando Portugal em posição confortável na comparação com outros países. Esses dados educacionais também se refletem na área do emprego. Especialmente as mulheres estão tendo uma participação maior no mercado de trabalho, onde inclusive assumem crescentemente atividades de responsabilidade que pressupõem melhor educação formal e profissional (Ambelis, 1996). Isso, por sua vez, tem como consequência imediata a redução de nascimentos e a diminuição do tamanho familiar. À semelhança da Espanha, França, Itália, Alemanha, dos países escandinavos, etc., a democratização das oportunidades educacionais acabou beneficiando, sobretudo, as mulheres. Em consequência, tenderá a desaparecer do quadro urbano aquele tipo de mulher tão característico das áreas rurais mas ainda recentemente presente também nas áreas urbanas portuguesas, da “vovozinha” vestida de preto, com pano preto na cabeça, boca desdentada, rosário na mão. A inclusão da mulher no mundo do trabalho remunerado, fora de casa, também poderá fazer desaparecer a roupa colorida dos varais que enfeitam, ainda hoje, as fachadas da Alfama, da Madre de Deus, da Mouraria, do Bairro Alto ou da Penha em Lisboa e as outras cidades. Pode também significar o silenciamento do “fado” na tradição de uma Amália Rodrigues.

Em outras palavras, o estilo de vida urbano da capital lusitana inevitavelmente sofrerá as influências da globalização econômica e se

aproximará em suas manifestações cotidianas ao estilo urbano de uma Viena, Munique, Madri ou Milão. É o tributo que Lisboa está pagando para “modernizar-se”, “urbanizar-se”. Os turistas saudosistas, os poetas românticos, os cineastas sonhadores, os tradicionalistas não terão mais tanta presença e possivelmente desaparecerão das ruas e ruelas em favor do turismo de massas. Sofrerão o mesmo destino daqueles “elétricos” ingleses, dos anos 20, que estão sendo substituídos paulatinamente por bondes modernos da Siemens, climatizados, confortáveis e silenciosos.

Do ponto de vista racional, i.e., dos planejadores e urbanistas, os Planos Estratégico e Diretor, aprovados na primeira metade da década de noventa, fornecem os instrumentos técnicos e jurídicos para realizar projetos de saneamento, recuperação e de modernização de Lisboa. As linhas mestras desses planos podem ser resumidas nos sete tópicos abaixo:

1. Definição das responsabilidades das diferentes municipalidades vizinhas de Lisboa;
2. Proteção ao meio ambiente;
3. Obras de infra-estrutura;
4. Preservação da herança cultural;
5. Reanimação e revalorização de bairros tradicionais deteriorados (maiormente os bairros históricos),
6. Ampliação da rede de transportes públicos,
7. Serviços.

Nesta década de noventa, torna-se necessário focalizar as três datas já mencionadas na introdução e no decorrer da argumentação desenvolvida neste ensaio: 1992, 1994 e 1998, para melhor compreender a realização (parcial) dos sete pontos acima mencionados. Em 1992, Portugal assume, com sede em Lisboa, a presidência da União Européia; em 1994, Lisboa passa a ser a capital cultural da Europa e finalmente, em 1998, Lisboa torna-se sede da Exposição Mundial.

Quando Portugal passou a presidir a União Européia em 1992, ficou evidente que Lisboa precisava melhorar sua infra-estrutura. O aeroporto internacional de Portella, no norte da cidade, exigia reformas e ampliação. O mesmo valia para a rede ferroviária, de estradas e auto-estradas que conectassem as cidades portuguesas entre si e o país à Espanha e aos demais países da Europa. O maior déficit, contudo, foi constatado na área das telecomunicações. Portugal, por si só, não dispunha dos recursos financeiros para arcar sozinho com todas as reformas infra-estruturais necessárias. Graças às subvenções generosas providas da União Européia, boa parte dos déficits mais imediatos puderam ser cobertos. As obras de ampliação do aeroporto ainda estão em

pleno andamento, mesmo depois da abertura da EXPO-98. Uma nova linha do metropolitano que leva à Estação do Oriente, a qual dá acesso à área da exposição mundial, foi inaugurada em maio de 1998. Quatro vãos de escadas rolantes ligam o Chiado ao metrô do Rossio-Baixa e Cais do Sodré. Novas linhas que entrelaçam a antiga concepção radial do “metropolitano” ainda estão em fase de construção. Em 1999 está prevista a inauguração da nova linha Campolide-Moscavide com 12 estações (Ambelis, 1995: 53).

A rede ferroviária não foi significativamente ampliada mas modernizada. Uma construção nova e grandiosa com estruturas de concreto, aço e vidro de dimensões e formas impressionantes, simbolizando uma floresta de palmeiras (ou seriam réplicas pós-modernas dos pilares de uma catedral gótica-flamboyant?), recebeu a Estação do Oriente, ponto nodal em que termina a nova linha de metrô e partem os trens para o norte do país.

Em 1991 inauguraram-se dois novos trechos de auto-estrada Lisboa-Cascais e Lisboa-Porto. Em 1974 somente havia 19 mil quilômetros de auto-estrada, em 1991 já eram 22,6 mil quilômetros e a ampliação dessa rede continua em franca expansão (Vara, 1996: 355). Mas a maior obra de engenharia desta década constitui, sem dúvida, a nova ponte Vasco da Gama, sobre o Tejo, cuja construção foi decidida em 1992, executada nos anos subseqüentes e inaugurada, em 1998, juntamente com a abertura da EXPO-98. A nova ponte de 18 quilômetros de extensão liga a capital na altura de Olviais/Sacavém com Montijo e suas regiões orientais, “aproximando” Lisboa da fronteira espanhola.

Resta mencionar os esforços feitos na área das telecomunicações. Também aqui a União Européia, com seu “livro verde”, exerceu uma influência decisiva, forçando a modernização em direção à privatização e terceirização do sistema, o que exigiu a reformulação da legislação portuguesa, iniciada em 1988. Dez anos depois, 15 firmas particulares (entre elas a Marconi e a Telecom) que marcam sua presença com prédios imponentes e arquitetonicamente distoantes da arquitetura pouco imaginosa do período Salazar, prestam os seus serviços aos habitantes da capital e do país.

A decisão de transformar Lisboa em capital cultural da Europa no ano de 1994 levou a novas medidas de saneamento, embelezamento e ampliação de Lisboa. Neste contexto merecem destaque (1) a construção do controvertido Centro Cultural de Belém (obra realizada pelo arquiteto Gregotti-Manuel Salgado), nas imediações do Mosteiro dos Jerônimos e da Torre de Belém; (2) projetos de saneamento urbano dos famosos bairros da Alfama, Madre de Deus, Mouraria e outros; e (3) o projeto “Sétima Colina - Lisboa Romântica” que se concentrou no Bairro Alto.

Por razões de espaço, somente pode ser discutido este último, que ficou inteiramente vinculado aos eventos culturais realizados durante o ano de 1994. O Projeto "A Sétima Colina" (cf. França, 1994 e Santos Pinheiro, 1993) se propôs a valorizar 35 prédios históricos localizados ao longo do trecho que liga o Cais do Sodré ao Largo do Rato, outrora sede das manufaturas reais de seda. Trata-se de prédios construídos na época da Lisboa "romântica", ou seja, na mudança do século XIX para o XX, abarcando, pois, uma época e um bairro que o romancista Eça de Queirós fixou de maneira magistral em seus romances. Os idealizadores do projeto, José Augusto França e Elisio Sumavielle dedicaram atenção especial aos aspectos históricos do projeto, datando as casas, identificando os seus proprietários originais, traçando o histórico de cada prédio ou palacete. Todo esse trecho da Sétima Colina praticamente não sofreu modificações arquitetônicas neste século, mantendo uma unidade estilística e urbanística rara. Os prédios em questão beneficiaram-se de algumas reformas estruturais, receberam nova pintura e foram integrados em um roteiro turístico-cultural que incluía espetáculos (nos teatros da época), visitas a museus, galerias, igrejas, fontes de águas, e até mesmo a restaurantes e pastelarias. O objetivo mais amplo, perfeitamente realizado, como explicitou em entrevista E. Sumavielle (realizada em 13/01/97), foi o de reativar e reanimar o Bairro Alto como um todo, já em franca decadência.

O projeto e sua realização sofreram inúmeras críticas, especialmente dos arquitetos do patrimônio histórico e dos urbanistas da Câmara Municipal de Lisboa. Criticaram-se as cores usadas para pintar as fachadas, a superficialidade das reformas, o tratamento turístico do bairro, entre outras críticas. Fato é que, na época, o projeto recebeu atenção especial da imprensa portuguesa e europeia (entre os artigos, uma matéria elogiosa no *Le Monde*), franco apoio dos lisboetas e aplauso dos turistas que, na ocasião, afluíram à cidade.

A cidade de Lisboa como sede da última Exposição mundial deste século e milênio, ou seja da EXPO-98, será o último tema a ser tratado neste breve ensaio sobre a urbanização de Portugal, tomando como exemplo Lisboa.

* * *

Este tópico substituirá uma "conclusão", pois é no modelo da Expo-98 que se podem ver realizadas ou não as grandezas e misérias da urbanização portuguesa, ou seja, o esforço monumental feito por Portugal para não abrir mão do seu passado e simultaneamente arriscar o salto para o futuro. As obras realizadas no espaço da EXPO-98 concretizam os princípios básicos da

construção civil e urbana, idealizados pela Associação dos Arquitetos Portugueses (AAP, 1996) e pela Câmara Municipal de Lisboa (CML, 1990, 1992, 1990-1995).

Uma excelente fonte de informação sobre os projetos e sua realização no espaço reservado para a EXPO-98 constitui o texto bilingüe editado por Luiz Trigueiro, Cláudio Sat e Cristina Oliveira (1996): *Lisboa EXPO-98 — Projetos/Lisbon World Expo 98*.

Nesta edição, uma equipe multi-disciplinar, constituída de planejadores urbanos, arquitetos, historiadores, sociólogos, geógrafos, ecologistas de vários países apresenta o projeto e a realização deste empreendimento gigantesco que abrange mais de 3.500.000 metros quadrados, anteriormente ocupados pelo porto e refinarias de petróleo, na margem direita do Tejo, ao norte do bairro Madre de Deus, na altura da estação de trem Oriente.

Esta área poluída, deteriorada e repleta de invasões e habitações clandestinas já tinha sido abandonada há tempos ao seu próprio destino pelas companhias petroleiras que se fixaram ao sul de Setúbal, na outra margem do Tejo, deixando atrás de si uma área infestada de petróleo e seus derivados, inóspita e hostil à vida humana, animal e vegetal. Há muito, o terreno estava servindo de depósito de lixo, incluindo-se aí os restos de materiais bélicos (jipes, tanques, aviões de caça, etc.), tristes sobreviventes materiais da guerra colonial. Esta área abandonada na periferia da cidade era pouco conhecida pela maioria dos lisboetas, ignorada pelos turistas e pouco visitada por aqueles saudosistas que viam na “Lisboa de outras eras” a realização de seus sonhos românticos. Quando, em 1993, esta área foi liberada para projetar o espaço de exposição da última feira internacional do século XX, os portugueses enfrentaram um desafio quase tão gigantesco quanto a exploração dos oceanos há 500 anos atrás. Mas, como na época de D. Henrique o Navegador, ninguém deixou-se intimidar. Os portugueses lançaram mãos à obra e realizaram, em menos de cinco anos, um projeto que hoje é admirado por 150 mil visitantes diários: a EXPO-98.

Quem, como eu, visitou este gigantesco canteiro de obras no início de 1997 e voltou ano e meio depois para admirar os resultados, durante a abertura oficial da exposição mundial, não pode deixar de expressar sua admiração e respeito pelas obras realizadas. Parabéns Portugal! Parabéns Lisboa!

A EXPO-98 efetivamente materializa os princípios e as diretrizes da nova política urbana de Portugal em geral e de Lisboa em especial, a saber:

1) A *valorização das áreas ribeirinhas* com a recuperação da parte oriental da margem direita do Tejo, revertendo-se definitivamente a tendência contrária da “interiorização” e do “isolacionismo” praticada por Salazar.

Portugal e Lisboa voltam novamente o seu rosto para os mares e oceanos, reativando o seu cosmopolitismo de outras eras. A melhor prova disso é o *Oceanário* (ou Pavilhão dos Oceanos), um centro de pesquisas e um reservatório da fauna e flora dos grandes oceanos mundiais, de caráter permanente no local da Expo-98, construído dentro do Tejo. A afluência de centenas e milhares de pessoas a este oceanário é a confirmação para os idealizadores do projeto de que estavam certos neste ponto.

2) A *defesa do meio-ambiente* e o respeito aos princípios ecológicos foram concretizados no dispendioso saneamento da área infestada por petróleo, agora envolta em materiais impermeáveis e coberta por terra fértil (realização garantida por firmas especializadas, na maioria americanas). No antigo cemitério de armas foi inaugurada uma área verde com gramados, jardins, lagos e uma fauna e flora selecionada que reconstitui áreas verdes dos vários continentes descobertos ou circum-navegados pelos portugueses. (Vide Jardins Garcia de Orta, Jardins da Água, Parque Vitalis). Esta nova área verde de Lisboa continuará acessível aos lisboetas mesmo depois de encerrada a EXPO-98.

3) A *porosidade entre os bairros antigos e novos*, entre os diferentes bairros históricos (cais, Madre de Deus), periféricos (Olivais, Sacavém) e o espaço da Expo-98 foi assegurada pelas várias entradas e portões de acesso aos pavilhões, quatro ao todo: a Porta do Norte, a Porta do Mar (ao sul), a Porta do Sol (ao oeste) e a Porta do Tejo (acesso das barcas, ao leste). Com isso também se quis alcançar inter-conexão de estilos arquitetônicos, entre o colonial e o pós-moderno, entre o romântico e o racional, entre a construção espontânea e a planejada. Cabe lembrar que parte das habitações modernas construídas no contexto da Expo-98 e que hoje servem de hotéis e moradias aos expositores e seus empregados, será mais tarde transformada em habitações de qualidade e alto-luxo. (Projeto Expo-Urbe)

4) *Reversão da escala de valores* dos lisboetas. Com as medidas referidas acima, procura-se reverter a escala de valores das zonas residenciais dos lisboetas, acostumados a valorizar as áreas em direção a Belém, Cascais, Sintra, diametralmente opostas aos novos espaços residenciais criados pela Expo-98. Para assegurar isso, os arquitetos e urbanistas estão introduzindo padrões de luxo e alta tecnologia para tornar atrativas as novas moradias. Trata-se basicamente de uma infra-estrutura moderníssima (via de regra subterrânea) como: aquecimento central, televisão a cabo, conexões telefônicas abundantes, sistema de transporte sofisticado (metrô e trens modernos e rápidos) e proximidade do aeroporto, estação de tratamento do lixo (aspirado e reciclado automaticamente), clubes de veleiros, quadras de tênis e golfe, piscinas,

ciclovias, vagas para estacionamento de automóveis e outras facilidades não existentes nos bairros residenciais tradicionais.

5) *Referências ao passado e projeções para o futuro.* O próprio tema da Expo-98 que focaliza os oceanos (“Os Oceanos — um Patrimônio para o Futuro”), já estabelece um elo entre o passado e o futuro português. Importante neste contexto é o próprio Oceanário ou Pavilhão dos Oceanos, de caráter permanente, do qual já se falou. Mas ainda existem o Pavilhão de Portugal (com uma enorme “vela” de concreto) que ao lembrar da era das navegações à vela, servirá para futuras exposições menores; o Pavilhão da Utopia ou do Futuro, uma construção gigantesca com o casco de uma caravela como cobertura, todo em madeira, reúne tecnologia do passado e remete às construções de um futuro. Neste Pavilhão há apresentações de peças, jogos de som e luz, entre outros espetáculos; o pavilhão servirá no futuro como ginásio de esportes e arena para competições de tênis e outras atividades esportivas e lúdicas, depois do encerramento da exposição (capacidade de 1.500 lugares). Cabe ainda lembrar que uma torre de refinaria foi preservada para lembrar a atividade exercida naquele local anteriormente, que contrasta com a torre de Vasco da Gama, o Pavilhão Multi-Mídia, na forma de uma nave espacial no momento do “count down”. Essas construções de caráter duradouro contrastam com os pavilhões da área Internacional norte e sul, ocupados pelos países presentes à exposição, pavilhões que contudo serão desmontados e reciclados, uma vez encerrada a Expo-98.

6) *Equilíbrio entre prédios de caráter público e privado.* Os idealizadores do Projeto global da área da Expo pensaram em respeitar uma relação de 50% da área dedicada a atividades públicas (lazer, museus, palcos) e 50% para fins residenciais. Isso vale tanto para o período de realização da EXPO-98 propriamente dita (de maio a setembro de 1998) quanto para o período posterior, em que parques e áreas de lazer disputam em pé de igualdade os espaços residenciais.

Independentemente das avaliações feitas sobre a EXPO-98, as realizações urbanísticas e arquitetônicas, de caráter duradouro, feitas no espaço reservado à Exposição Mundial, constituem um marco para uma nova era em Portugal e em Lisboa.

Assim como os indicadores econômicos atendem perfeitamente aos padrões fixados pela Comunidade Européia em Maastricht, a Expo-98 demonstrou que Portugal também é capaz de atender aos critérios ecológicos, urbanísticos e arquitetônicos auto-estabelecidos, de nível mundial, mais especificamente de Primeiro Mundo.

ABSTRACT

The article discusses, from a historical perspective, the transformations which have occurred in the city of Lisbon in the last three decades. The author focuses on the analysis of urban policies in that period of modernization of the capital, within the context of redemocratization and of the integration of Portugal in the European Union. Each decade contributed to the preservation of the historical physiognomy of the city and to the renewal of the street network and communication infra-structure, the high point of which was the new Vasco da Gama Bridge. The urban tissue at the center and the periphery was embellished and modernized. This work became a paradigm for urban renovation in Portugal as a whole.

RÉSUMÉ

L'article développe une vision socio-historique des changements de la ville de Lisbonne et se détient sur les politiques urbaines qui ont eü lieu dans les trois dernières décades, moment de modernisation de la capitale, toujours en rapport à la démocratisation et à l'intégration de Portugal à l'Union Européenne. Chaque décennie a contribué à préserver la physiognomie historique de la ville et à renouveler le réseau des rues et l'infrastructure des communications (comme par exemple le nouveau pont Vasco da Gama). Les embellissements urbains successifs dans le centre et la périphérie on fait de Lisbonne um modèle pour les projets de rénovation urbaine de l'ensemble du Portugal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abecassis, Nuno Krus (ed.) (1994, 1995) *Relatório e Contas 1994 & 1995*. Lisboa: Fundação Cidade de Lisboa. [Entrevista de 9.1.1997]
- Ambelils (Agência para a modernização econômica de Lisboa) (ed.) (1995) *Os números de Lisboa*. Lisboa: edição própria.
- Ambelis (ed.) (1996) *Lisboa Nova*. Nº 1/2/3/4, Ano 1. [Reportagens, entrevistas, documentação sobre Lisboa].
- AAP (Associação dos Arquitetos Portugueses) (ed.) (1996) *Livro branco da arquitetura e do ambiente urbano em Portugal*. Lisboa: editroa própria [Entrevista com seu presidente, o arquiteto Jorge Farelo Pinto, de 8.1.97]
- Calado, Maria (ed.) (1993) *Atlas de Lisboa. A cidade no espaço e no tempo*. Lisboa: Contexto Editora Ltda.

- CML (Câmara Municipal de Lisboa) (ed.) (1990) *Plano Estratégico. Plano Director Municipal. Objectivos, Bases. Metodologia e Calendários*. Lisboa: editora da CML.
- CML (ed.) (1992) *Plano Estratégico de Lisboa*. Introdução de Jorge Sampaio [na época, Presidente da CML, desde 1996 Presidente do país]. Lisboa: Sociedade Topográfica S/A.
- CML (ed.) (1992-1995) *Estudo das Atividades Terciárias de Lisboa*. Vol. 1/2 - *Análise e Perspectivas demográficas para o Concelho de Lisboa* (fase 1/2) - *Caracterização e distribuição do emprego*.
- *Estudo das actividades terciárias de Lisboa*. Vol.1/2
 - *Relatório sectorial de transportes*. Vol.1/2
 - *Estudo das condições sócio-urbanísticas de Lisboa. Relatório final*
 - *Plano Diretor Municipal. Regulamento*. Lisboa: Editora da CML
- [Entrevista com o diretor do Departamento de Gestão Urbanística, Sergio de Melo, em 10.1.97].
- CML (ed.) (1990-1995) *A estratégia e a prática do planeamento urbanístico em Lisboa*.
- Lisboa: Grafeuropa [Entrevista coletiva com a equipe de especialistas do Departamento do Planeamento Estratégico de Lisboa, Coordenada pelo arquiteto Marinho; 7.1.1997]
- [Visita *in loco* de alguns dos projetos da CML com os arquitetos Pedro Gomes e Pedro Moreira, em 12.1.97]
- Costa, Antonio Fermino & Ribeiro, Manoel João. "Construção social de um objeto de reabilitação. Notas sobre o caso de Alfama". *Lisboa – Revista Municipal*, nº 10-11, pp. 85-96.
- Costa Lobo, Manuel Leal da (1989) "Plano de salvaguarda e valorização da Ajuda-Belém". *Lisboa – Revista Municipal*, nº 10-11, pp. 77-84.
- Costa Lobo, Manuel Leal da (1994, 1996) *Relatório de 1994./Relatório de 1996* Lisboa: Provedoria do Ambiente e da Qualidade de Vida urbana.
- Costa Lobo, Manuel Leal da (1995) "Entrevista: O Senhor Provedor do Ambiente". *Lisboa Futuro*, nº 1, Ano 1, pp. 6-13 [Entrevista pessoal, de 10.1.97].
- Custódio, Jorge (1994) "Reflexos da industrialização na fisionomia e vida da cidade" in Moita, Irisalva (org.), *O Livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, pp. 435-492.
- Daus, Ronald (1990) *Gross-Stadte Ausser Europas: Das Europäische Fundament*. Berlim: Babycon Metropolis, Studies, Ursula Opitz Verlag, Vol. I.
- Daus, Ronald (1995) *Gross-Stadte Ausser Europas: Die Konstruktion des Nationalen*. Berlim: Babylon Metropolis Studies, Ursula Opitz Verlag, Vol. II.
- Daus, Ronald (1997) *Gross-Stadte Ausser Europas: Lebenslust und Menschenleid*. Berlim: Babylon Metropolis Studies, Ursula Opitz Verlag, Vol. III.
- Fernandes, José Manuel (1994) "Lisboa no século XX. O tempo moderno" in Moita, Irisalva (ed.), *O Livro de Lisboa*. Lisboa: Livro Horizonte, pp. 493-518.

- Ferreira, Vitor Matias (1982) "Os movimentos urbanos e o S. A. A. L.: A ambigüidade e os equívocos". *A Idéia. Revista de Cultura e Pensamento Anarquista*, nº 24/25, pp. 17-34.
- Ferreira, Vitor Matias (1987) *A cidade de Lisboa. De capital do Império a Centro de Metrópole*. Lisboa: Publicações D.Quixote (Tese de doutoramento).
- Ferreira, Vitor Matias (1995) "Urban change and metropolitan competitiveness of Lisbon". *Atas da European Science Foundation*. Acqua Freda de Maratec. Setembro de 1995. [Entrevista pessoal de 9.1.97]
- França, José Augusto (1965) *Une Ville des Lumières. La Lisbonne de Portugal*. Paris: S.E.V.E.P.E.N. [Entrevista telefônica de 11.1.1997]
- França, José Augusto. (1980) *Lisboa: Urbanismo e Arquitetura*. Lisboa: Biblioteca Breve Instituto de Cultura e Língua Portuguesa
- França, José Augusto (1989) *A reconstrução de Lisboa e a arquitetura pombalina*. Lisboa: Biblioteca Breve. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- França, José Augusto (1994). *A Sétima Colina – Roteiro histórico artístico. The Seventh Hill – Historical and Artistical Guide*. Lisboa: Livros Horizonte Lisboa 94, Capital Européia da Cultura.
- Freitag, Barbara (1992) *Itinerários de Antígona. A questão da moralidade*. Campinas: Papius.
- Gaspar, Jorge (1985) *A dinâmica funcional do centro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Gaspar, Jorge (1994) "O desenvolvimento do sítio de Lisboa" in Moita, Irisalva. *O Livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, pp. 11-24
- Gaspar, Jorge (1996) "Da Lisboa Oriental" in Trigueiros, Luiz; Sat, Cláudio & Oliveira, Cristina (ed.), *Lisbon World EXPO-98. Projects*. Lisboa: Editora Blau. Ltda, pp. 13-18.
- Häussermann, Hartmut & Siebel, Walter (1987) *Neue Urbanität*. Frankfurt/M.: Suhrkamp.
- Henriques da Silva, Raquel (1994) "Desenvolvimento urbanístico. Os novos bairros" in Moita, Irisalva (orgs.), *O Livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, pp. 405-434.
- Moita, Irisalva (ed.) (1994) *O Livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte. Expo-98/ Lisboa 94.
- Mumford, Lewis (1991) *The City in History. Its Origins, its Transformations, and its Prospects*. London, Penguin Books. (1ª ed. 1961)
- Nunes, Antonia (1995) "A arte e o Metro de mãos dadas". *Lisboa Futuro*, nº 1, Ano 1, pp. 14-20.
- Oliveira, Cesar (1993) "A construção do poder local democrático" in Oliveira, Cesar (ed.), *História dos Municípios e do Poder Local (dos finais da Idade Média à União Européia)*. Lisboa: Círculo dos Leitores, pp. 360-378.

- Reis, Antonio (ed.) (1996) *Portugal: 20 anos de democracia*. Lisboa: Temas e Debates.
- Reis, Antonio (1996) "A Revolução de 25 de Abril" (S. 12-18) e "O processo de democratização" in Reis, Antonio. *Portugal: 20 anos de democracia*. Lisboa: Temas & Debate pp. 12-73.
- Roncayolo, Marcel & Paquot, Thierry (eds.) (1992) *Villes & Civilisation urbaine – XVIII-XX*. Paris: Larousse.
- Salgueiro, Teresa Barata (1985) "A habitação na Area Metropolitana de Lisboa". *Lisboa – Revista Municipal*, nº 3, pp. 54-66.
- Salgueiro, Teresa Barata (1990) "Lisbonne: Centre en transformation". *Sociedade e Território – Revista de Estudos urbanos e Regionais*. Edição especial. Ano 5, pp. 103-107.
- Santos Pinheiro, Nuno (Ed.) (1993) *Critérios de classificação de bens imóveis*. Secretaria do Estado da Cultura. Instituto Português do Patrimônio Arquitetônico e Arqueológico. Lisboa: Antonio Coelho Dias S. A. [Entrevista pessoal de 12/1/97]
- Saraiva, José Hermano (1993) *História de Portugal*. Lisboa: Publicações Europa-América
- Sennett, Richard (1994) *Flesh and Stone. The Body and the City in Western Civilisation*. New York: W. W. Norton & Company.
- Souza Oliveira, Alberto de (1979/80) *Da avaliação urbana à prática urbanística* (Mimeo)
- Lisboa [Entrevista do dia 8.1.1997, membro da AAP & colaborador da AMbelis]
- Summavielle, Elizeo (1994) "Introdução ao estudo de França" in José Augusto. *A Sétima Colina*. Lissabon: Livros Horizonte, pp. 6-7.
- Tabucci, Antonio (1994) *Lissabonner Requiem. Eine Haluzination*. München/Wien: Hansa Verlag.
- Taveira, Tomás (1996) "Entrevista: Lisboa não pode cristalizar". *Lisboa Futuro*. nº 4, pp. 8-13.
- Trigueiros, Luiz; Sat, Cláudio & Oliveira, Cristina (eds.) (1997) *Lisbon EXPO: Projects*.
- Lisboa: Editorial Blau, Ltda. [Entrevista com o diretor do Projeto, o arquiteto Carlos Barbosa, e visita do canteiro de obras com o arquiteto Gonçalo Camara, ambos no dia 10.1.1997].
- UNIDO (ed.) (1996) "Desenvolvimento industrial e urbano: A urbanização, as cidades e o desenvolvimento econômico". Documento base para a Conferência Internacional – Habitat II – de Istambul (14.6.1996). Reimpresso em: *Lisboa Futuro*. nº 3 e nº 4, Ano.1, pp. 34-43.
- Vieira, Siza (1996) "Entrevista: Chiado-uma obra de alta costura". *Lisboa Futuro*. nº 2. 2. Jg, pp. 6-10.
- Zimmermann, Clemens (1996) *Die Zeit der Metropolen. Urbanisierung und Grosstadtentwicklung*. Frankfurt/M.: Fischer Taschenbuchverlag.

** Nota: Gostaria de agradecer à Embaixada do Brasil em Lisboa, e particularmente ao então Embaixador Jorge Bornhausen e dois de seus colaboradores imediatos, ao diplomata João André Lima e à funcionária Cláudia Lima, por todo apoio dado para a realização deste trabalho. Este apoio incluiu o envio de materiais impressos sobre Lisboa, intermediação de contatos com pessoas-chave em Lisboa, facilitando a realização *in loco* de entrevistas, visitas às autoridades da CML e os organizadores da EXPO-98. Meus agradecimentos pessoais e sinceros também se dirigem aos políticos, urbanistas, arquitetos, sociólogos, historiadores de arte, diretores de museus e galerias que tiveram a gentileza de me receber e orientar meu trabalho, respondendo as perguntas e esclarecendo dúvidas, fornecendo-me materiais para enriquecer as leituras ou fizeram sugestões de livros que viriam subsidiar os meus trabalhos. Assinalei com * na bibliografia todos aqueles que entrevistei pessoalmente e cujos trabalhos citei no decorrer do meu texto. Aos colegas e especialistas que me concederam entrevistas e seu tempo sem que apareçam na bibliografia, mas cujas sugestões e esclarecimentos foram indispensáveis para a realização do presente trabalho — Maria da Luz Valente Pereira, Margarida Callado, Maria Assunção Júdice Moreira, Martins Barata, Maria João Freitas, Dulce Reis — deixo aqui registrado o meu “muito obrigada”.